

A MORAL CATÓLICA E O PROBLEMA DEMOGRÁFICO

STANISLAS DE LESTAPIS

O crescimento demográfico é certamente um dos maiores e mais graves problemas com que se defrontam os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Várias soluções vêm sendo tentadas para resolvê-lo, tôdas elas concentradas na preocupação exclusiva de frenar a natalidade. Examinando a evolução destas soluções, observa-se que elas se orientam num sentido cada vez mais drástico, até chegar à conclusão de que a única solução eficaz do problema demográfico, dentro dos imperativos do desenvolvimento econômico, é pura e simplesmente a esterilização. O autor vê nesta conclusão o reconhecimento implícito da incapacidade desta linha de reflexão de propor uma solução humana para o problema. Tal solução, com efeito, não é mais adequada ao homem, mas ao gado. Contenta-se a Igreja, porém, apenas com criticar e repudiar as soluções propostas, sem trazer nenhuma contribuição positiva para o problema? O presente artigo responde a esta questão com idéias e fatos. Os fatos são experiências concretas já realizadas; as idéias resumem-se neste pensamento: não se trata de fazer com que haja menos homens, mas de fazer com que haja mais homens responsáveis. A solução não é esterilização para o desenvolvimento, mas desenvolvimento e educação, para chegar a uma natalidade responsável.

O PROBLEMA da “explosão demográfica”, do “desafio demográfico”, é daqueles que mais apaixonam a opinião pública. Por êle se entende êsse aumento, realmente vestiginoso, que a população do mundo apresenta nos últi-

mos decênios. A imprensa costuma apresentar essa inflação populacional como o perigo maior que ameaça o futuro da humanidade, particularmente pela sua repercussão nos riscos de guerra.

No século XIX adotaram-se três soluções para o problema da regulação dos nascimentos.

Primeira solução — O problema não existe . . . A Providência age: deixemos a ela resolver o caso. Essa mentalidade ainda prevalece em certos meios muitos cristãos. Acontece, porém, que não se pode debitar à Providência erros e falhas que são nossos!

Segunda solução — O uso de meios anticoncepcionais clandestinos. Em geral, o marido assume a responsabilidade. A mulher pensa que deve ceder, para manter a paz no lar: e satisfaz a sua consciências considerando que não é responsável pela solução. Ou ainda: adota-se uma vida parcialmente dupla. O marido espaça as relações com a sua mulher: mas procura outras compensações.

É claro que êsses compromissos não são compatíveis com a comunhão freqüente; na época, porém, comunga-se pouco. Muitas vêzes, procura-se o refúgio de um cristianismo apenas exterior, atrás de uma fachada de respeitabilidade.

Terceira solução — Heróica: a total abstenção. Vive-se como irmão e irmã. Muitos lares assim procederam no passado com um sucesso maior ou menor.

Hoje, estamos em face de perspectivas que parecem tornar essas soluções insuficientes. De fato, não são elas nem equilibradas nem conjugais.

O homem deve dominar a concepção, a fecundidade, de modo digno da pessoa humana, em termos de verdadeira caridade, de evolução do casal na vida conjugal, com o respeito dos valores morais e dos valores religiosos: nem maltusianismo, nem natalismo.

É preciso, então, que a Igreja ponha à disposição do mundo uma solução que lhe permita orientar-se para um equilíbrio conjugal, na moderação da fecundidade.

Diz o Direito Canônico: "O fim primário do casamento é dar ao mundo filhos, para educá-los." É, assim, necessário ter a possibilidade de garantir corretamente, generosa-

mente, caridosamente essa educação e de regular por essa possibilidade a fecundidade do casal.

As soluções modernas — Tendem essas soluções a um contróle drástico da natalidade, pelo recurso a todos os meios possíveis.

Examinemos de perto a experiência que nesse sentido foi realizada na Índia.

É indispensável conhecer as condições econômicas se se quer sentir as razões que levaram a êsse contróle dos nascimentos. Na Índia *a fome* — ou, pelo menos, a desnutrição — atinge dois terços da população.

Enquanto normalmente são necessários a um homem de 65 kg de pêso 3 600 calorias por dia e a uma mulher de 55 kg de pêso 3 200 calorias, o indivíduo "médio" dispõe apenas de 1 700 calorias por dia.

No que se refere às proteínas, a sua quantidade média por indivíduo é de 61 gramas nos Estados Unidos, 46 gramas na França e 6,5 gramas, apenas, na Índia. A taxa atual de crescimento da população é de 2,2%, o que quer dizer que a população dobra fãcilmente em 40 anos. Atualmente, o aumento anual da população é de 9 milhões; se a mesma taxa, porém, continuar, êsse aumento será de 14 milhões em 1971.

Nessas condições, o desemprego — ou o subemprego — atinge 9 milhões dos quais, contudo, apenas 30% estão inscritos como desempregados.

O investimento anual da renda nacional em países desenvolvidos é de 6 a 7%. Na Índia, para obter resultados iguais seria necessário investir cada ano 10 a 11% da renda. O período de *take-off* (de partida) previsto seria de 15 a 20 anos; e durante êle as condições seriam extremamente difíceis.

A Índia era, em 1961, um país de 450 milhões de habitantes. Tinha, então, uma densidade de 136 habitantes por km², o que corresponde a 70% mais do que a densidade na França, que é de 80 habitantes por km².

Podem êsses números surpreender quem sobrevoou a Índia e verificou que nela há grandes áreas de desertos e de florestas. Deve-se observar, porém, que regiões como o delta

do Ganges chega facilmente a densidade da ordem de 1 000 habitantes por km².

Aliás, o problema das classes e das castas indianas ainda complica mais a situação.

A POLÍTICA DO CONTRÔLE DA NATALIDADE

Nesse contexto, vejamos qual foi, naquele país, a política do *birth control* ou *family planning*.

O recenseamento de 1961 — que registrou cerca de 450 milhões de habitantes — ultrapassou tôdas as previsões demográficas. Por isso é que se intensifica a política de restrição da natalidade.

Em que consiste essa política?

Não é nova na Índia a idéia de restringir os nascimentos. Remontam a 1923 suas primeiras manifestações, quando o Professor RAGHANAT DOUGO KARVÉ, filho do célebre reformador social, deixou a cátedra e o ensino das matemáticas para pregar no país a prevenção dos nascimentos. Para ver a idéia crescer na opinião pública, é preciso, contudo, esperar a independência (1947) e mesmo o I Plano Quinquenal.

Em 1950, a Liga das Mulheres começou a se interessar pelas clínicas de contracepção, até então relativamente pouco freqüentadas. No mesmo ano, o Ministério da Saúde solicitou da Organização Mundial de Saúde que lhe enviasse um técnico internacional para estudar a possibilidade de interessar as populações na continência periódica. Essa continência, com efeito — dado o respeito pela vida que há entre os indianos —, parece mais capaz de atrair-lhes a atenção que os métodos de contracepção. O Dr. ABRAHAM STONE, de origem judia, diretor do Margaret Sanger Research Bureau de Nova York, foi o técnico designado pelo OMS. Fizeram-se dois inquéritos sucessivos, um em uma aldeia de Nyjore — Ramanagaram —, onde 811 mulheres tentaram a experiência; outro em Nova Delhi, numa população de 400 casais. Foi um fracasso: 95% dos voluntários abandonaram a experiência antes do prazo fixado de dois anos.

Em dezembro de 1951 realizou-se em Bombaim a I Conferência Pan-Indiana de Family Planning. Nêle tomaram parte 110 delegados, o que constituiu um sucesso. Sentindo-se apoiada pela opinião pública e pelas declarações oficiais, a Associação Indiana de Family Planning convidou a Federação Internacional de Família Planejada a fazer em Bombaim o seu Congresso. Realizou-se êste em 1952 e nêle tomaram parte representantes de 13 países de ultramar, além de 407 delegados indianos.

Em julho de 1953 — o I Plano Qüinqüenal começou em 1951 — o govêrno, sob pressão da Associação Indiana de Family Planning, resolveu consagrar uma quota ainda módica de seu orçamento (1,5 milhões de dólares) à difusão dos métodos anticoncepcionais. Essa quota cresceu nos planos seguintes: o 2.º (1956/61) lhes reservou 10,5 milhões e o 3.º (1961/66) 105 milhões.

A Associação Indiana de Family Planning, que inspira e anima tôda essa política, tem em Bombaim sua sede central. Com o auxílio de movimentos feministas, abre ela diversas clínicas nessa cidade.

Finalmente, em novembro de 1957 o govêrno resolveu estender o Planning Family a todo o país. Os efeitos da campanha se fizeram sentir, inicialmente, entre as populações evoluídas, ocidentalizadas. Com o início do III Plano a campanha atingiu as aldeias (a Índia possui mais de ... 500 000).

Apesar do apoio do Ministério da Saúde, foi muito difícil introduzir nessas aldeias as técnicas anticoncepcionais. Para isso era necessário um pessoal qualificado; e o Ministério, assim, ajudou a formar mais de 200 médicos, enfermeiras, assistentes sociais, etc. Melhorando as condições gerais de vida, mesmo com um progresso econômico relativamente fraco, a ação do Family Planning parecia ainda mais fácil. E PANDIT NEHRU insistia sôbre a educação da mulher, da jovem; o que considerava primordial: "Não me cabe tratar dos aspectos técnicos do Planejamento Familiar que o Congresso em seguida estudará: mas, por favor, lembrai-vos de que tôdas as possibilidades técnicas que se ponham à disposição do público conduzirão a um fracasso se não se

preparar um terreno propício, elevando o nível cultural e o padrão de vida."

Vê-se que o Primeiro Ministro não preconizava uma ação puramente negativa, antes uma ação positiva de difusão cultural, capaz de levar a certa moderação da fecundidade. Uma linguagem dessas pode ser adotada por qualquer estadista. Infelizmente, NEHRU deixava equívocos os meios pelos quais o Planning se poderia realizar.

RESULTADOS EM 1963

Interrogando funcionários e demógrafos mais a par dos resultados obtidos depois que se oficializou a política do Family Planning, a impressão é de que não é o otimismo que prevalece. Admite-se, em segredo, que o programa resultou num fracasso. Os relatórios dos assistentes sociais no setor "Community Development" e do setor "Saúde" revelam que nas aldeias não mais de 5% usam os preservativos e os diafragmas, embora sejam distribuídos gratuitamente. Os homens, em geral, são contrários a tais processos; e as mulheres, muito incultas para empregá-los com eficácia. Mesmo os que tentaram a experiência, não revelaram continuidade.

O Dr. SHEKUNTALE PARANYPYE, que por muito tempo fez parte do Bureau Central de Family Planning, de Bombaim, num relatório privado do Movimento (dezembro de 1962), reconhece que "as esperanças postas no programa do Planning estão longe de terem sido realizadas. Deve-se o fato a que o grande público não aceita os anticoncepcionais; e que a minoria, muito pequena, que os experimentou não teve sucesso. Com efeito, a grande maioria dos anticoncepcionais distribuídos entre as massas, é do tipo "pílulas" e têm pouca eficácia. Daí os fracassos que tendem a arruinar o pouco que se alcançou com uma boa propaganda do Family Planning".

Segundo o mesmo relatório, despenderam-se grandes quantias com os centros de Planejamento Familiar. Ora a frequência média de visitantes não ultrapassou 20 pessoas por mês: e a maioria quer apenas pílulas ou análogos. "Pagar 14 a 19 mil rupias (Rs) como salário anual de um médico, de um assistente social ou de um auxiliar. pa-

rece absolutamente desproporcionado ao número de pessoas que se valem dos Centros. Além disso, êsse pessoal é, em geral, celibatário: e ignora praticamente tudo da vida conjugal e familiar. Se se pudesse empregar o dinheiro fazendo uma equipe de vasectomia que percorresse as aldeias do Estado de Maharastra, com certeza se obteriam resultados muito melhores e mais duradouros... Gasta-se ainda demais nos campos de orientação e nos seminários de Family Planning'...

Observações do mesmo gênero são devidas ao Dr. S. CHANDRASEKHAR, diretor do Instituto Indiano para Estudos da População de Madras. "É fato que experiências controladas de Family Planning, especialmente nos campos, mostram que, devido às condições rudimentares de vida da maioria da população, os anticoncepcionais não são um sucesso. De modo que a única resposta possível a tais exigências está na esterilização, que é o método único capaz de evitar permanentemente a gravidez."

A DIFUSÃO DA ESTERILIZAÇÃO

Por isso é que a Índia se orienta oficialmente no sentido da esterilização.

Iniciada timidamente em 1956, espalhou-se pouco a pouco a partir de 1958; e hoje atinge, no país todo, em um ano, o total de 46.613 esterilizações, sendo 33.792 em homens e 12.821 em mulheres. Ignora-se se êsse sistema de prevenção de nascimentos é aprovado por muitos médicos. De qualquer modo, é certo que o D. G. M. PHEDKE, do Family Welfare, de Bombaim, é um seu propagandista entusiasta. "Em face do fracasso dos métodos propostos e da ausência de um processo anticoncepcional adaptado à situação da Índia, um só sistema existe, capaz de levar ao objetivo desejado, se fôr difundido com entusiasmo: é a esterilização, do homem e da mulher, por meio de uma intervenção cirúrgica."

Como a operação do homem, a Vasectomia, é mais fácil, parece-lhe ela preferível. De modo que encarece sua generalização. Afirma-o sem reboços, numa revista ilustrada de Bombaim: "No Estado de Maharastra, com sua popula-

ção de 45 milhões de habitantes, precisamos realizar cada ano 225 000 esterilizações; e isso durante os próximos dez anos, para reduzir de 50% a taxa de natalidade. Seria mais fácil do que parece, com os sistemas dos Blocks e as Pan-chayats. Em cada Block há 60 a 70 mil pessoas com o seu Centro de Saúde primário. No Centro há tudo o que é necessário em uma maternidade e em uma sala de pequena cirurgia. Ora, segundo os cálculos referidos, bastaria que em cada Centro se fizessem oito a dez esterilizações por semana. Para uma vasectomia, um cirurgião experiente poderia cada semana percorrer várias localidades, realizando o número necessário de operações."

Assim se iniciou a campanha das esterilizações. Hoje, fornecem-se aos diferentes Estados unidades móveis para fazer a vasectomia.

A Suécia ofereceu material de transporte. A cada homem que aceite fazer a operação e cujo salário mensal não exceda de 150 rupias, paga o Estado a soma de 20 Rs (reduzida agora a 10 Rs) em compensação pelos dias de trabalho perdidos. Ao médico paga 5,30 Rs por operação.

Do início da campanha até 1.º de junho de 1962, foram operadas no Estado de Maharastra 66 500 pessoas. Assinalou-se o campo de Satara por ter realizado 1400 vasectomias em uma só sessão de três dias (ou seja, 21 horas de trabalho efetivo), graças a 42 médicos.

"Esse número é muito superior àquele apresentado pelo Japão em 1955, de apenas 754 operações. Um mês depois, de 18 a 21 de dezembro, em outro campo, o Jalgron, conseguiu 1 071 intervenções no mesmo lapso de tempo." Observe-se que por ocasião do *record* do campo de Satara, o pandit NEHRU mandou uma carta de felicitações ao responsável. Trata-se, na verdade, a humanidade como um rebanho de gado!

AS PERSPECTIVAS ATUAIS

Que se pode esperar dessa orientação no sentido da esterilização?

Do ponto-de-vista estritamente demográfico, divergem as opiniões dos peritos. Enquanto em suas conferências o

Dr. CHANDRASEKHAR, em Madras, declara — de maneira aliás, bastante leviana — que a esterilização dos pais depois de seu terceiro filho, resolveria em quinze anos o problema da Índia; o Dr. C. CHANDRASEKARAN, diretor do Centro de Formação Demográfica das Nações Unidas em Bombaim, baseando-se em números, é muito menos otimista. Não parece que a esterilização, sòzinha, possa contrabalançar as influências que atualmente provocam o aumento demográfico.

Um estudo do Centro Demográfico de Chembrir (Bombaim) mostra que se, por meio de esterilização de um dos esposos, se evita todo nascimento depois do 30.º aniversário da mulher, o número de nascimentos a menos em relação ao total de nascimentos a mais é de, apenas, 1,8% para o primeiro ano de aplicação da medida. Continuando a esterilização no mesmo ritmo, pode-se prever uma diminuição de 30% no fim de quinze anos.

Ora, 1,8% a menos nos nascimentos para um total de 8 milhões de nascimentos a mais registrados em 1958, correspondem a 144 mil nascimentos evitados; quinze anos depois, 30% de nascimentos a menos sòbre 13 milhões previstos corresponderiam apenas a 3% a menos nas concepções; apesar de todos êsses esforços de esterilização durante quinze anos, a taxa de natalidade, que foi de 31,1% em 1958, baixaria sòmente para 28%.

Isso estaria longe ainda do que se conseguiu no Japão onde a taxa de natalidade baixou de 30% em 1947 a ... 17,5% em 1959. Aliás, êsse resultado foi obtido graças a um milhão de abortos por ano.

Êsses são os fatos. Não quisemos, de propósito, emitir a respeito qualquer juízo de valor. Antes de terminar, não podemos deixar de transmitir as inquietações que se manifestam já no espírito dos sociólogos experientes. Pode-se, por exemplo, perguntar se a extensão das esterilizações masculinas ou femininas não vai provocar uma série crescente de divórcios.

Por outro lado, são numerosos os casos de pais que, depois de se terem feito esterilizar em seguida ao nascimento do segundo ou do terceiro filho, vêm êsses dizimados por uma epidemia, quando já não podem ter outros. Que

acontecerá, então, se o acôrdo foi mais ou menos impôsto por um espôso ao outro, quando se defrontaram com o problema?

A IGREJA E O DESAFIO DEMOGRAFICO:
POSIÇÕES E PROPOSIÇÕES

Em face dêsses resultados, que se pode propor como programa? Necessário é procurar, não um resultado imediato de ordem quantitativa, mas sim um resultado tão imediato quanto possível, de ordem qualitativa.

A política demográfica que desejamos para as nações em vias de desenvolvimento não consistiria em propor uma diminuição do número dos "homens", mas em provocar um aumento do número dos "homens" adultos, conscientes de sua responsabilidade.

Poder-se-ia assim obter um duplo resultado: o desenvolvimento sócio-cultural; uma regulação da fecundidade, capaz de levar a certa diminuição no aumento demográfico.

Tais resultados, porém, não podem ser absolutamente imediatos. Não se educa pelo cronômetro. São necessários tempo e paciência.

É impossível afirmar: êsse programa de educação se realizará em tantos anos.

Eis a tese, válida (convém observá-lo) quer do ponto-de-vista simplesmente humano, quer do ponto-de-vista cristão, se bem que os que conhecem a revelação possam se orientar mais facilmente por êsse projeto.

O *slogan* será: "vencer a irresponsabilidade".

É a irresponsabilidade que compromete os planos mais bem feitos, que paralisa as comunicações e as relações humanas (engrenagens do grande mecanismo econômico-social). É a irresponsabilidade que deixa entregues à sua inércia tantos indivíduos ociosos, nos campos e nas cidades: e que vivem numa passividade da qual mal têm consciência. É ainda a irresponsabilidade que abandona ao fatalismo a fecundidade conjugal e se desinteressa da educação de filhos que foram postos inconscientemente no mundo. Essa irresponsabilidade, da qual agora é que estamos começando a sair em

nossos países, triunfa em muitas nações em vias de desenvolvimento. É preciso procurar-lhe as causas e os remédios.

DE ONDE PROVÉM ESSE SENTIMENTO
DE IRRESPONSABILIDADE

Os grandes dirigentes econômicos e políticos subestimam o valor e as responsabilidades humanas do saber. Preferem-lhe o poder do dinheiro, dos capitais e dos lucros. Ora, no círculo vicioso que hoje existe, há uma "falha": o saber humano, que pode pouco a pouco resolver as dificuldades.

Êsses grandes dirigentes, que se formaram nas doutrinas do capitalismo liberal, não pensam a princípio em "investimentos humanos" mas em "investimentos de capital". Procuram comprar terras incultas e nelas colocar braços. Não refletem, porém, que com "conhecimentos à disposição" se tem nas mãos a vara de condão necessária. SAUVY mostra-o por meio da seguinte parábola: se numa ilha deserta são postos homens qualificados, no fim de dez anos a ilha estará coberta de imóveis, de usinas, de estádios e de teatros. Se necessário, seus habitantes terão tomado emprestado as máquinas de que precisarem para fazer tudo isso. Observe-se o que aconteceu na Austrália, na URSS, em Israel. Mas, se nessa mesma ilha deserta forem postos homens ignorantes, mesmo com máquinas aperfeiçoadas, dentro dos mesmos dez anos as máquinas estarão enferrujadas e os habitantes tão miseráveis como antes. O capital é, pois, secundário. Pode parecer paradoxo dizer que num país subdesenvolvido faltam homens: é essa, contudo, a verdade, se não se consideram os homens como gotas de água, mas como seres suscetíveis de educação.

É assim interessante comparar a negligência dos países árabes, tais como a Arábia Saudita, com as realizações do Estado de Israel. Com um punhado de homens, êsse pedaço da Palestina foi completamente transformado. Passou de 5 milhões de árvores para 19 milhões; de 32 mil cabeças de gado para 80 mil, etc. Houve, evidentemente, um afluxo de capitais, vindos da América; mas não se deve exagerar a sua importância. Êsse afluxo não ultrapassou 50 mil francos por habitante: é exatamente o que as companhias petrolíferas fornecem à Arábia Saudita.

Que diferença, porém, na maneira de aproveitar uma e outra renda!

Os dirigentes subestimam o poder multiplicador dos conhecimentos humanos, quando inoculados a uma população (inoculados, aliás, não é o termo, porque seres humanos precisam reagir como homens, contribuindo para a própria cultura). Hoje, diz SAUVY, MARX teria elaborado uma teoria de acumulação do saber.

Uma parte dos dirigentes econômicos e políticos minimizam o potencial de devotamento, de solidariedade, de auxílio mútuo que existe, em estado latente, nas coletividades humanas (como lençóis de petróleo). É preciso detectar essas possibilidades, fazendo-as jorrar: aí está o papel dos "profetas". Nas guerras de libertação e de defesa, no momento das grandes catástrofes, dos cataclismos, dos maremotos, esse potencial vem à luz do dia. Então, os devotamentos se multiplicam. É necessário fazer agir esse potencial subjacente, sobretudo entre os moços.

Quando um moço nada tem, deseja criar. Entre os adultos também, sobretudo entre as mulheres, muitas riquezas incultas existem. Os dirigentes não acreditam bastante nisso.

Podem as massas ser mobilizadas? Respondem os dirigentes: sim, com dinheiro, confôrto, bem-estar. Não têm bastante fé no homem: e a fé que nêle têm os católicos não é muito maior. No entanto, se se aproveitasse todo esse potencial humano, poder-se-ia caminhar para a associação, a cooperação, a solidariedade.

Há muito poucos monitores, educadores, formadores, em todos os escalões da grande máquina social. Existe hoje uma extraordinária máquina que confere aos educadores uma ubiqüidade outrora impossível. É o rádio: é sobretudo a televisão. Na América Latina, uma Congregação conseguiu organizar escolas com tais meios. Ora, na Índia não existe uma só rede de televisão. Por que não se emprega para organizá-la o dinheiro que se gasta com o Family Planning?

É preciso finalmente mencionar a imperfeição do sentimento religioso e a decadência da religião no sentido de formas inferiores, tais como o fatalismo.

São, de modo especial, contrários ao progresso humano e social — a evasão para falsas contemplações passivas; a crença numa volta eterna (cf. nesse assunto, o último capítulo de *Bilan de l'Histoire*, de GROUSSET).

Uma religião que acredita na eterna volta jamais fará alguma coisa para o progresso humano. Contra ela valem as críticas de FEUERBACH e de MARX. Se há apenas uma volta ao nada, ou grande "Todo", não é possível acreditar numa história verdadeira do desenvolvimento humano. E se a divindade suprema se desinteressa de sua criação, que é apenas uma ilusão, como esperar que os homens façam mais que a divindade que veneram?

O Cristianismo é a religião do Deus encarnado em uma história que Ele assim salva e leva, de maneira transcendente, a seus destinos.

Ele manda ao homem que crie alguma coisa. Nos países do Terceiro Mundo, as irresponsabilidades religiosas sustentam, muitas vezes, as irresponsabilidades econômicas. As religiões desses países (sem que se queira negar-lhes qualquer valor espiritual) em nada podem contribuir para a construção do mundo. Compreende-se, assim, que as elites se orientem para o marxismo e que a religião lhes apareça como o "ópio do povo".

COMO VENCER A IRRESPONSABILIDADE?

Crer nos conhecimentos humanos e em seu poder de multiplicação. Difundir os conhecimentos. Instruir os homens para que saibam explorar os recursos naturais. Para obter de uma vaca 4 000 hectolitros, para empregar bem os adubos, é preciso "saber". Daí a necessidade de difundir os conhecimentos científicos.

Quando se trata de jovens: instruí-los da melhor maneira possível, a fim de que utilizem as técnicas modernas para alcançar uma produtividade maior.

Donde a necessidade das escolas técnicas. Quando se trata d adultos (já formados ou que não o possam mais ser) adaptar às técnicas suas possibilidades.

O mais sério problema está na necessidade de professores, de educadores, de monitores. Nos países do Terceiro Mundo seria preciso passar do número atual de 84 mil a 165 mil em 1970, no ensino superior, e de 850 mil a 1 280 mil no secundário. Assim, por exemplo, na Nigéria seria necessário investir 4% do produto nacional só em ensino primário (quando hoje é difícil reservar 7% desse produto para todo o desenvolvimento econômico).

Diante dessas dificuldades, uma opção se impõe: deve-se preferir professores de cultura, ou professores de ensino técnico? É preciso ajudar os povos para que façam bem essa opção. Talvez que o ensino dirigido pelas Congregações religiosas pudesse, êle também, optar pelas escolas técnicas.

No que se refere ao ensino superior, uma questão aparece: será melhor organizá-lo no próprio país, ou valerá mais a pena mandar os estudantes para o estrangeiro? A última solução é mais cara. Mas, para que os estudantes possam estudar em seu próprio país, é necessário, evidentemente, que nêles as escolas existam. A fim de reduzir os gastos ao mínimo possível, deveriam os Estados pequenos se associar, distribuindo-se as várias especializações.

Os Estados, porém, ciosos de adquirir e conservar sua autonomia, preferem muitas vêzes enviar sua juventude para a Europa, em vez de confiá-la aos Estados vizinhos. Há ciúme, não amor. . . Está aí o "pecado do mundo", a viscosidade que não permite o sucesso das realizações.

Quando os jovens se vão formar em países desenvolvidos, querem ficar por lá. É preciso desestimular essa tendência. Do mesmo modo, deve-se mostrar aos jovens as responsabilidades de um casamento inter-racial.

A perda de um homem qualificado é a maior que possa sofrer um país. SAUVY é de parecer mesmo que se um país retém um técnico de outro país deveria pagar a êsse uma indenização.

É preciso adaptar as técnicas às possibilidades dêles, ajudá-los a encontrar algumas técnicas um pouco mais aper-

feixoadas do que as que possuem. Por exemplo, em Madagascar os agricultores usam uma enxadinha de cabo curto para manejar com uma só mão, o que é demorado e exaustivo. Poder-se-ia ensinar-lhes a usar a enxada comum (de cabo longo), muito mais adaptada à utilização das forças humanas. O setor "educação de base para adultos", da UNESCO, dedica-se à pesquisa de progressos desse gênero. Trata-se, em resumo, de pôr à disposição das massas meios técnicos um pouco mais aperfeiçoados do que aquêles que êles utilizam. É o que se chama "fazer desenvolvimento com os recursos domésticos".

A idéia é velha. S. FRANCISCO RÉGIS desenvolveu, no Puy, pequenos *ateliers* de "rendeiras", obtendo, por intermédio do P. LACHAISE, que as aristocratas de Versalhes nêles fizessem suas encomendas. Dessa maneira, conseguiu levantar o nível de vida da população. Hoje, os dirigentes crêem pouco nesses meios modestos, porém eficazes.

O princípio de adaptação das técnicas ao homem encontra sua aplicação plena na utilização dos empregados a tempo parcial. No Paquistão há um excesso de 56% na mão-de-obra. Nas Filipinas, a metade dos trabalhadores rurais trabalha apenas 75 dias por ano. Na Argélia, há um milhão de desempregados.

Na América Latina, sobretudo no Nordeste brasileiro — país da fome —, nas Caraíbas, massas enormes estariam à disposição para realizar investimentos. Tôda essa gente poderia fazer pequenos trabalhos para os quais não é necessário ter à disposição grandes economistas: preparar rêdes de irrigação, perfurar poços, plantar árvores, explorar terras incultas. Em Marrocos, uma população de dois mil lares, com alguns bulldozers e alguns contramestres, desempedrou uma área de terra de seis mil hectares. Foi negócio que deu renda, graças ao aumento de produção de cereais, a qual passou de dois a três quintais por hectare, antes do serviço, a dez ou doze depois dêle, o que corresponde a um lucro da ordem de 150 milhões de francos antigos por ano. Bastou para isso dispor de algum pouco material para demarrar; e de pagar o salário de um engenheiro e de alguns monitores. Foi um verdadeiro "investimento em mão-de-obra". Mas,

poderão perguntar, não se pagou à população que trabalhou? Não; não se pagou, deram-se apenas rações suplementares; a sua paga, coletiva, estava no resultado obtido (ver GABRIEL ARDANT, *Le monde en peché*, Payot — 2.ª edição, 1963).

Para vencer a irresponsabilidade que impede o domínio da fecundidade humana, é necessário acreditar nas forças do amor — solidariedade, sentimento de família, sentido de educação.

No século XX, a humanidade cresce quantitativamente. Está, porém, chamada a um outro e mais verdadeiro crescimento, que é de ordem qualitativa. Devem os homens se tornar cada vez mais responsáveis no seu modo de agir, em suas atividades, no povoamento da terra, inteligentemente assegurado. O grande obstáculo a êsse crescimento está na irresponsabilidade, na falta de fé no homem, na dificuldade em *formar formadores*. Daí a oposição entre os partidários da restrição de nascimento e os partidários da educação. Êsses têm contra si o *handicap* — que o tempo lhes impõe. Mas os que semeiam educação têm a certeza de colhêr, a prazo mais ou menos longo, alguma coisa de bom: homens "adultos", quadros responsáveis. Da educação para o sentimento de responsabilidade só benefícios podem resultar.

A ação fisiológica, pelo contrário, reduz os homens a um simples rebanho de escravos. Pode-se então temer: seja a revolta de Spartacus, seja o afogamento crescente na inércia e na irresponsabilidade.

Gostaríamos de justificar, numa visão global da história, a posição que assumimos: o combate à irresponsabilidade.

Por que assegurar a vitória do domínio de si mesmos, da educação, sobre as forças obscuras do instinto e do sexo?

NECESSIDADE DESSA EDUCAÇÃO

Não basta ajudar as populações em vias de desenvolvimento a dominarem as forças cósmicas. É muito, e é já muito difícil. Queremos mais: queremos ajudá-las a conquistar es-

sas mesmas forças cósmicas que o homem traz em si: as da carne e do sangue. É, sem dúvida, muito mais difícil: será utópico?

A política, a técnica da Igreja sempre foi aumentar nas populações que educava o sentido de sua responsabilidade em relação aos "bens". Os monjes do Ocidente ensinaram aos europeus o sentido da poupança, da economia, ao mesmo tempo que o sentido da gratuidade espiritual. Por que excetuar dessa educação justamente as forças que o homem tem dentro de si?

Se o homem deve hoje encontrar sua liberdade no domínio da produção, porque não a encontrar também no domínio da reprodução?

O problema é nôvo porque só agora é que se começa a realizar tôda a harmonia desta palavra do Gênese: "Sêde fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e dominai-a" (Gên. I).

Considerando a vocação conjugal, Deus não deu aos homens as forças de reprodução para seu gôzo, para delas fazerem um jôgo de azar ou simplesmente um instrumento de prazer.

A sexualidade, "o amor", o casamento afinal, são orientados, ordenados, para a felicidade do gênero humano. Por conseguinte, deve o homem usá-los tendo em vista as responsabilidades que lhe cabem com o gênero humano.

É necessário, assim, que os povos em vias de desenvolvimento não procurem deturpar a lição eterna que a Igreja lhes dá; mas que aproveitem sua sabedoria integrando-a em uma educação. Como chegarão a essa descoberta? Como chegarão a compreender que, nesse domínio, é indispensável a maturidade? Na verdade, a imaturidade sexual é o grande obstáculo a vencer. Um médico da Martinica me observava como são imaturas as populações de seu país. Aliás, deve-se grandemente essa imaturidade ao contato com os brancos, à escravidão e às uniões livres que dêle resultaram. Há aí, seguramente, desvios a corrigir, ladeiras a vencer, mas talvez nos países africanos, onde está mais virgem o terreno, seja mais fácil o trabalho educativo.

É lícito acreditar que uma elevação progressiva do nível de vida e de cultura possa provocar uma reação de consciência. Na África, os "evoluídos", encaram o problema. Um relatório de Tchall conta-nos que na A.C. dos Lares dos meios evoluídos o problema de regulação dos nascimentos está na ordem do dia.

Emprestam-se livros e revistas que tratam do assunto (por exemplo, um número recente da revista *Echanges*). Depois de estar ausente um ano, uma religiosa observa que progrediu nas mulheres o desejo de progredir. Segundo uma nota levada ao episcopado africano, seria de origem feminista a inquietude em relação ao movimento de acréscimo demográfico. Seria uma reação do mundo das mulheres contra o dos homens. Se, porém, não se valoriza a mulher, em seu todo, como esposa e como mãe, arrisca-se o feminino a degenerar em egoísmo. A tendência é, pois, ambígua: pode, contudo, ser dirigida para uma "promoção" da mulher e de suas responsabilidades. É possível que os países em desenvolvimento tragam ao problema considerações que nós outros levamos séculos para formular.

O ideal seria que as sociedades religiosas tomassem em suas próprias mãos essa educação. Se o Estado quiser evitar a tentação do eugenismo, do dirigismo, qualquer ação sobre a fecundidade que respeita a liberdade das pessoas terá de se dirigir às famílias usando como meio as próprias famílias ou corpos intermediários (sociedades religiosas, associações familiares). Sobre a questão, porém, dividem-se as sociedades religiosas: umas pregam a anticoncepção, outras a castidade. Num país de crenças divididas, que política seguirá o Estado?

Aí outro problema se põe: o da tolerância.

Que poderá fazer o Estado se não tiver à sua disposição religiões "dinâmicas" como o catolicismo (o Islã e o Budismo não são dinâmicos)? Ser-lhe-á necessário fazer-se-ê ele próprio educador.

Vejamos como exemplo um país no qual o Estado já está fortemente socializado: a Argélia.

O Secretariado Social de Argel publicou, em 1958, uma brochura: *A Argélia superpovoada; orientação para uma política populacional*. Esse Secretariado que continua sua função na nova Argélia mantém um diálogo interessante com certos membros do govêrno que têm perspectivas educacionais. Compõe-se de leigos sobretudo cristãos, que procuram fazer com que a Argélia descubra os valores educativos favoráveis à democracia que a própria família possui. Insistem em que, para levar a têrmo uma política populacional, têm os cidadãos o direito de formular ao Estado algumas exigências elementares:

1. É necessário que a política populacional adotada tenha a adesão dos cidadãos e a colaboração das famílias. Para isso é preciso manter um contato íntimo entre os organismos de população e as famílias, por meio das associações familiares. Essas constituem um Comitê no seio do qual o Estado encontra as famílias e com elas continua a dialogar.

2. Tal política deve lutar contra o subdesenvolvimento econômico e sócio-cultural e provocar a educação do sentimento de responsabilidade. Será preciso promover uma preparação para o casamento e para o amor, trabalhando para que as preocupações com a regulação dos nascimentos se tornem uma tomada de consciência no plano moral. Seria perigoso despertar essa preocupação sem educar as liberdades.

No que se refere às associações familiares e aos centros nos quais se possa dar essa educação, já se fez alguma coisa em centros sociais, dispensários e outros instituições. Pode-se dar essa educação, nas maternidades e nos serviços conjugais para que os cônjuges possam desempenhar no lar sua missão de esposos e de pais. As escolas maternais podem também ocupar-se com os pais. A tôdas as mulheres se deve ensinar, além do parto sem dor, uma maneira de espaçar os nascimentos digna da pessoa humana. O difícil é encontrar os educadores capazes. Seria necessário, também, que o Estado procurasse dar uma idéia, um critério sôbre o que seja uma família perfeita. O *Argélia superpovoada* tem a propósito páginas excelentes que convém tanto aos cristãos como aos que

seguem apenas a moral natural. A família perfeita é aquela em que o casamento não foi demasiado prematuro, em que os pais envelhecidos não foram abandonados, em que a esposa não ficou numa posição de inferioridade, em que os pais se preocupam com a educação dos filhos, e, para isso, proporcionam o seu número aos meios de que dispõem para educá-los.

Será possível tal educação? Não haverá nisso utopia? É aqui que precisamos tomar certo recuo, certa altura, para encontrar uma justificação de nossa opção pela responsabilidade. Procurá-la-emos a princípio em uma vista histórica, evolutiva, antropológica da humanidade; em seguida, nos dados da Revelação.

JUSTIFICAÇÃO INSPIRADA NUMA VISÃO
EVOLUTIVA DA HUMANIDADE

Que coisa nos chama mais a atenção no desenvolvimento humano? O homem do Século XX pode ter, com muito mais facilidade do que seus antepassados, uma visão evolutiva da humanidade. É que, sob a trama da história humana, ele descobre uma série de constantes que, sempre mais claramente, o convidam a prestar atenção não apenas aos interesses, como outrora, mas aos *valôres* que, verdadeiramente, conduzem o mundo. À medida que a humanidade se torna planetária e deve organizar-se numa sociedade cada vez mais universal, torna-se urgente escolher entre a sociedade gregária e a ordem organizada, a comunidade em que todos são respeitados. Essa unificação pode provir seja da coação e da violência, seja do altruísmo, da reunião livremente consentida. O homem hoje está obrigado a essa opção. A própria trama da evolução contém um apêlo para que ele constantemente se ultrapasse.

Ora, no mundo da vida, verifica-se uma tendência inconsciente para a aproximação dos sexos: não é ainda o amor. Essa tendência no homem será um amor consentido. É possível traçar a curva que parte da sexualidade, reflexo das espécies inferiores, e chega ao amor eletivo do homem.

À medida que se sobe na escala dos sêres, começa-se a encontrar certo grau de eleição; nos plantígrados, vêm-se manifestações que se tem vontade de qualificar com palavras humanas, falando, por exemplo, na "monogamia" do urso; a fêmea é escolhida. Entre as aves, há atitudes como que de namôro, numa seleção do cônjuge, não se separando o casal senão depois de nascerem os filhos.

Será reflexa ou eletiva a sexualidade do homem? Deve-se responder que é "naturalmente eletiva", como é "naturalmente reflexa" a das espécies animais inferiores. Na borboleta, por exemplo, o reflexo genital é provocado por certo odor; basta colocar o animal sôbre uma fôlha de papel impregnada dêsse perfume para provocar imediatamente o reflexo. O homem que se abaixa até êsse nível de reflexo — o Don Juan — não é um homem natural, é um homem desnaturado, que age como uma borboleta.

O homem está no têrmo de uma evolução. Em virtude da lei de recorrência — segundo a qual há um encaminhamento progressivo em determinado sentido — nos devemos tornar verdadeiramente humanos.

Já nas espécies inferiores aparece a "lei da alteridade", prefigurando o que o homem deve realizar. O sentido sexual, a atração mútua dos sexos é alguma coisa fundamental no mundo dos vivos. O Pe. TEILHARD DE CHARDIN mostra o sentido e a essência dessa atração, em um universo concebido para servir de corola, de berço à humanidade. Ora, vê-se que, nas formas elementares e muito inferiores da vida, a sexualidade está internamente ligada à reprodução, com a qual mesmo se identifica. Se se transpõe, porém, o instante crítico de "hominização" — o homem resume em si tudo quanto o precede — cabe ao amor um outro e mais essencial papel: o de síntese necessária dos dois princípios, masculino e feminino, no desenvolvimento da personalidade. Atrás do filho, está Deus. O amor pelo filho não é o cume do altruísmo. É o Centro total, êle próprio, muito para lá e muito para cima do filho, que é a polarização do amor. O homem está assim forçado a uma "queda para a frente", a uma ultrapassagem. Essa é uma atitude profundamente re-

ligiosa: querer criar para Deus e com Deus, uma criação que acaba em Deus. O casal humano, quando se propõe o filho, propõe-se sua marcha para a frente, para o próprio fim. Não é simplesmente para se propagar que a vida se propaga; nos pais, propagando-se, ultrapassa-se. Não se trata assim, simplesmente, de controlar nascimentos, mas de acumular elementos necessários à personalização do amor. Sem deixar de ser físico, tornar-se-á o amor mais espiritual. Essa é uma justificação de tudo quanto dissemos sobre o sentido da responsabilidade.

JUSTIFICAÇÃO INSPIRADA NA REVOLUÇÃO
CRISTOLÓGICA

Só foi possível a TEILHARD descobrir o sentido da evolução porque conhecia o Cristo. Não tivéssemos a revelação cristã e poderíamos duvidar do sentido da história humana. Possuímos, porém, uma revelação cristológica dessa marcha para a responsabilidade. Com o Evangelho, nenhuma hesitação é possível.

No Evangelho encontramos sempre o "Vigilate". Aproxima-se a hora de passar do temporal ao espiritual, do tempo à eternidade. Estamos sempre no fim de um tempo e já dentro do eterno. É necessário integrar o temporal no espiritual; devemos usar do tempo para viver já a eternidade. Trata-se de passar cada dia, do desejo de se instalar no poder à preocupação de servir ao próximo. A seus amigos de Corinto, tentados pelas riquezas da Ásia, escrevia SÃO PAULO: "Digo-lhes, irmãos, que o tempo é curto. Portanto, aqueles que têm mulher vivam como se não a tivessem; os que choram, como se não chorassem; os que estão alegres, como se não estivessem; os que compram, como se nada possuíssem; os que usam dêste mundo, como se verdadeiramente dêle não usassem. Pois a figura dêste mundo passa" (I Cor. VII, 29-31).

"O tempo é curto" . . . "Passa a figura do mundo" . . .
Essas palavras iluminam o sentido da evolução.

No Evangelho lemos também um apêlo à conversão. O homem deve converter-se do egoísmo ao altruísmo. Deve

o cristão, cada dia, anunciar em tôrno de si, por seu sacrifício, essa morte a si mesmo, que leve a renascer no amor do próximo, essa conversão, essa transfiguração. É preciso viver diãriamente se não "o fim do mundo", ao menos "o fim de um mundo". Passagem e conversão são têrmos que um ao outro se iluminam. Eis o segrêdo dêsse misterioso domínio prometido por Deus ao homem no Gênese: "Dominai a terra." A Encarnação de Cristo convida-nos a compreender esta dominação. Só o Cristo nos pode explicar como se domina a Terra. Domina-se a Terra, fazendo com que ela atinja seu têrmo, se a Igreja conseguir penetrar na evolução com as virtudes evangélicas da caridade, da humildade, da virgindade consagrada.

Caridade: quer dizer, disposição de subordinar nossa ação, não a nossos interêsses, mas à solidariedade e ao bem mais universal;

Humildade: disposição a adorar a transcendência. É indispensável para ajudar os povos subdesenvolvidos, que possuem, em geral, um profundo sentimento religioso;

Virgindade consagrada: só a virgindade cristã pode conferir caridade e humildade ao poder da carne. A carne é orgulhosa. Por isso só o sentido dos valôres da virgindade consagrada, poderá fazer com que ela, a carne, se subordine a essa transcendência à qual é chamada. Deve ser capaz de ver, como têrmo de sua condição, o estado escatológico no qual o temporal e o temporário, que nela existem, serão absorvidos e transfigurados pelo eterno. A virgindade, consagrada pelo amor a essa transcendência, é a sua mais perfeita prefiguração, nesta vida.

A condição conjugal deve, então, aproveitar essa virgindade consagrada. O amor conjugal deve revestir-se cada vez mais de caridade, dêsse "para lá do tempo", para que nêle se opere uma transfiguração, uma progressiva espiritualização da carne. Seria normal, nesta linha de aperfeiçoamento moral que os esposos, depois de certo número de anos, passassem da abstinência periódica a uma abstinência total, como expressão de seu amor, à espera da eternidade. Com isso não ficará menos encarnado seu amor. Não será

um amor de "irmão e irmã", mas um verdadeiro amor de esposos; porque a história de seu amor terá sido vivida através da vida da carne e que por êsse terá sido construída sua "amizade conjugal". São esposos; continuam sendo esposos porque seu amor integra a lembrança de suas relações conjugais, o reconhecimento mútuo que delas conservam. Apas suas seu amor ultrapassou essa etapa, espiritualizando-se.

Pode assim operar-se um progresso constante do qual o Cristo é o símbolo e o motor. Êsse é o sentido profundo da virgindade do Cristo: evidentemente não é por acaso que o Cristo foi virgem.

Sem integrar essas perspectivas nas concepções sociais, encontraremos sempre dentro de nós problemas insolúveis.

UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA DE
INSPIRAÇÃO CRISTA

Em duas ilhas do Oceano Índico — a Ilha Maurício e a de Reunião — os Drs. RENDU e GUY trabalharam durante um mês. Tratava-se de uma colaboração entre a Igreja e o Estado, para a "formação de formadores".

A Ilha Maurício — antiga colônia francesa que em 1810 passou para o Império Britânico — possui 700 mil habitantes. Entre êles, representam-se tôdas as religiões: muçulmanos, hindus, católicos, protestantes. A língua é o "crioulo" (uma corrupção do francês). Na ilha é grave o problema demográfico: a população duplica cada vinte anos. Os habitantes são analfabetos. São muitos, porém, os elementos positivos. A comunidade católica é muito fervorosa. Possui um clero muito bom e muito boa Ação Católica: vinte equipes de Nossa Senhora, a Legião de Maria, um equivalente da ACO e da JOC. Um grupo de médicos já trabalhava nos problemas da regulação da natalidade. Em dez dias preparou-se um plano de ação: criar uma grande associação não confessional, da qual os católicos tomariam a iniciativa e na qual pediriam aos membros das outras religiões que viessem trabalhar com êles para fazer a educação conjugal. Em abril estabelecem-se os quadros e trabalha-se até agosto. Chegam nessa época à ilha dois médicos de Gre-

noble, os Drs. GUY, marido e mulher. Hoje, essa pequena ilha está toda dividida em cinquenta setores, com duzentos e cinquenta lares-pilotos cuja função é ajudar os lares em dificuldades, enquanto dez médicos controlam todo o trabalho. Usa-se para regular os nascimentos o processo da determinação do ritmo feminino por meio do teste térmico. As populações, que não sabem ler nem escrever, aprenderam muito bem a ler o termômetro e assimilaram a noção do "ritmo feminino". E estão felizes com isso. "Não se anda mais no escuro", dizem os lares que descobrem assim o domínio conjugal. Dificuldades aparecem, sem dúvida — não tantas quantas no regime da continência —, mas o esforço feito está já bem pago pelo desabrochar de muitos lares. Estão sendo, assim, ajudados, um a um, mais de 1 200 lares, por meio dos lares-pilotos. Para assegurar um resultado no campo da fecundidade seria preciso esperar trinta anos; no fim, porém, de três ou quatro anos a irresponsabilidade estará vencida. Os jovens tomam consciência de si mesmos. "Nossos maridos se sentem responsáveis", dizem as mulheres. E perguntam-se uma a outra: "Seu marido é um "bom" marido? (quer dizer um marido que compreendeu a sua responsabilidade) "ou um marido "insignificante?" (quer dizer, que obedece apenas ao capricho de seus impulsos).

Para terminar, lembremos o que dizia PAULO VI, em sua Mensagem de Natal de 1963, em relação à regulação da natalidade: "Os homens que estudam êsse problema, impressionante e temível, se vêm às vezes tentados a recorrer a remédios piores do que o mal, quando tratam a própria fecundidade da vida com meios que a moral humana e cristã têm de declarar ilícitos. Em vez de levar mais pão à mesa da humanidade esfomeada, como é possível com o desenvolvimento moderno da produção, alguns cogitam de processos contrários à honestidade para reduzir o número de convivas. Isso não é digno da civilização. A ascensão demográfica dos povos desprovidos dos meios indispensáveis à subsistência põe um problema muito grave e muito complexo, bem o sabemos; não se pode, contudo, admitir que a solução esteja em métodos contrários à lei de Deus e ao respeito que pro-

vém do caráter sagrado do casamento e da vida, desde as suas primeiras manifestações" (*Doc. Cathol.*, n.º 1 416-19-1-64 al. 99).¹

¹ O CLER (Centre de Liaison des Equipes de Recherches) — "1. rue du Regard à Paris, VI^e" — propõe ajudar os lares em dificuldade. Visa a um duplo objetivo: 1.º — promover a criação de equipes de pesquisa, que se dedicam a estudar os problemas da regulação de nascimentos, sobretudo do ponto-de-vista médico; 2.º — oferecer, com fins educacionais, aos que o desejem, informações sôbre os problemas da vida conjugal e familiar.

O CLER realiza seu programa com a publicação, oito vêzes por ano, de *Fichas Documentárias*. Essas levam aos membros e correspondentes da Associação um material de informações médicas, psicológicas, sociológicas e espirituais capazes de contribuir para a educação do casal e de seus conselheiros.

Comissão especializada da Associação dos Médicos Católicos, o CLER se insere numa Pastoral de conjunto e visa a ajudar os lares a encontrarem o equilíbrio e desenvolvimento de seu amor, no cumprimento de sua missão criadora.

O Padre DE LESTAPIS S.J. é um dos membros fundadores da associação.

AR CONDICIONADO

engenheiros
especializados

ASSISTÊNCIA E GARANTIA

Confort-Air S/A

ENGENHARIA — INDÚSTRIA
COMÉRCIO

RUA WASHINGTON LUIS, 81 - 1.º, 2.º e 3.º - TELEFONES 22-2030 e 22-491